

ACERTO DE CONTAS: *Secretário-executivo afirma que as reformas nos setores de emergência dos hospitais terão de ser adiadas*

Saúde prevê dificuldade para fazer corte de R\$ 1,5 bi

Ajuste fiscal prejudicará importantes programas da área, como fiscalização de remédios falsificados e controle de sangue

Isabel de Paula

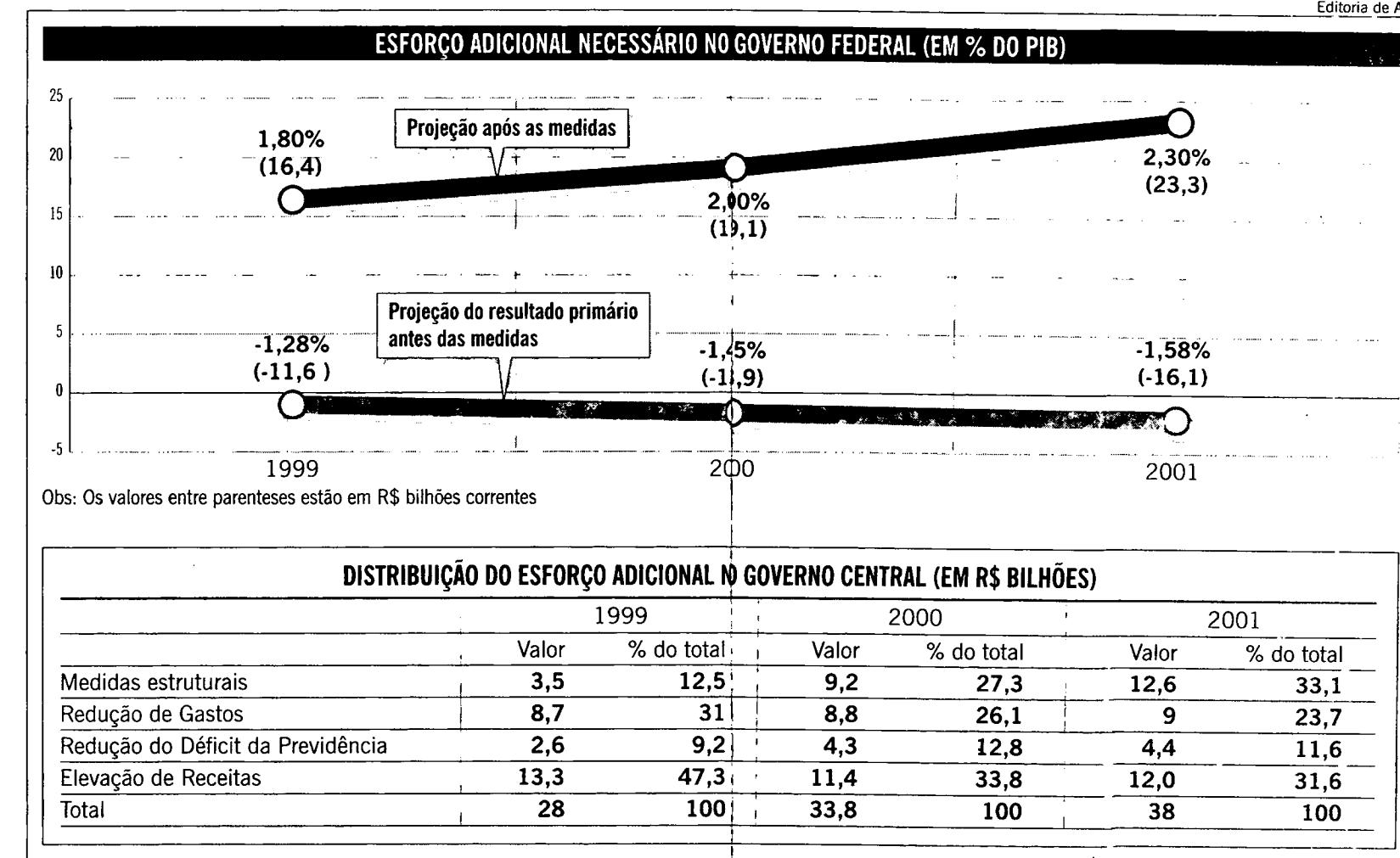
• BRASÍLIA. O corte imposto pelo Plano de Estabilização Fiscal ao Ministério da Saúde, que poderá chegar a quase R\$ 1,5 bilhão em 1999, prejudicará importantes programas da área, como a implantação da Agência Nacional de Saúde, órgão que substituiria a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária e responsável pela fiscalização de remédios falsificados. Também faltará dinheiro para investir em obras, em reformas dos setores de emergências de hospitais e no controle da qualidade do sangue.

O secretário-executivo do Ministério da Saúde, Barjas Negri, disse ontem, após o anúncio do pacote, que terá muita dificuldade para implementar o ajuste, porque alguns dos programas fundamentais da pasta, que ainda se encontram em fase de consolidação, perderão recursos.

— Este é um ajuste muito grande para o Ministério da Saúde e não será fácil executá-lo. Teremos dificuldade na área de vigilância sanitária, de controle de sangue, de obras e teremos de adiar alguns programas que dependem de convênios com estados e municípios — afirmou Barjas Negri.

Os maiores cortes ocorrerão nos investimentos em obras

O ajuste fiscal imporá um corte de 10% do orçamento previsto para o item Outras Despesas Correntes e de Capital (OCC) no próximo ano, que é de R\$ 15,2 bilhões. Deste total, R\$ 10,6 bilhões são gastos que não poderão ser suspensos porque se destinam ao



pagamento de hospitais convencionados ao Sistema Único de Saúde (SUS), Programa de Agentes Comunitários de Saúde, Programa de saúde da família e Piso de Atenção Básica (PAB).

Segundo Barjas Negri, também não há como mexer nos recursos previstos para a compra de medicamentos, o controle da epidemia de Aids e o programa de combate à dengue.

— Há um longo caminho a ser

percorrido para cortar mais de R\$ 1 bilhão. Esta é uma tarefa muito difícil — reclamou o secretário-executivo da Saúde.

O principal alvo dos cortes será a área de investimentos em obras, para a qual estavam reservados R\$ 210 milhões no orçamento de 1999. A maior parte desses recursos iriam para a reforma de serviços de emergência de hospitais públicos.

O projeto de criar em pouco

tempo uma agência de vigilância sanitária moderna, com funcionários em regime de dedicação exclusiva e bem pagos, para combater a máfia dos falsificadores de remédios, também terá de ser adiado. Segundo Negri, dificilmente serão aplicados os R\$ 100 milhões incluídos no orçamento de 1999 para a futura agência.

— O Ministério da Saúde já vem fazendo ajustes ao cortar gastos com os hospitais federais

do Rio de Janeiro, revendo contratos de vigilância e segurança, por exemplo, e, por isso, fica difícil o ajuste agora — ressaltou Negri.

De acordo com o Ministério da Saúde, já foram economizados este ano entre R\$ 60 milhões e R\$ 70 milhões, só com a compra de vacinas por meio do fundo rotatório da Organização Panamericana de Saúde (Opas). Também foram cortados R\$ 100 milhões em

emendas ao orçamento propostas por parlamentares. O enxugamento deste ano, observou Barjas Negri, levou em conta ainda a compra de remédios, que deixou de ser feita pela extinta Central de Medicamentos (Ceme), e o fechamento do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan).

Saúde ainda espera obter adicional de R\$ 300 milhões

Sobre o aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para 0,38%, o Ministério da Saúde avalia que a elevação não beneficia diretamente o setor. Isso porque o recolhimento de receita da CPMF previsto no orçamento de 1999 para a área é de R\$ 8 bilhões, ou seja, o resultado da arrecadação estimada com antiga alíquota de 0,2%. A receita que será obtida com o aumento da alíquota será utilizada pelo Governo federal no ajuste fiscal.

Este ano, o Ministério da Saúde já perdeu R\$ 1,4 bilhão da CPMF para o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Com a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de proibir a retenção no FEF dos 20% da arrecadação da CPMF, o Ministério da Saúde espera obter uma arrecadação adicional de R\$ 300 milhões e resolver parte dos problemas decorrentes do corte no orçamento de 1998.

Se o pacote fiscal não tivesse entrado em vigor, o Tesouro Nacional também teria de repassar, integralmente o montante de R\$ 1,4 bilhão da arrecadação da CPMF (20% do FEF) do ano que vem. ■